



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

A SUSTENTABILIDADE NA VISÃO DE ACADÊMICOS DE IES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

ANDREA BIER SERAFIM

FAE

andreabier@hotmail.com

Resumo

O artigo trata de uma pesquisa que visa entender a percepção dos acadêmicos sobre o tema da sustentabilidade. Por se tratar de um assunto relativamente novo, as pessoas tem visão apenas do aspecto ambiental, desconsiderando o social e o econômico. A pesquisa foi realizada com acadêmicos de três grandes áreas: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Exatas, alunos de universidades particulares e públicas de Curitiba e região metropolitana, a amostra foi de 245. Concluiu-se que há uma tendência dos acadêmicos de relacionar a sustentabilidade somente ao meio ambiente. Sugere-se criar disciplinas específicas que trabalhem o tema em sua totalidade, de maneira a popularizar a sustentabilidade e torná-la mais acessível aos acadêmicos.

Palavras chaves: acadêmicos, sustentabilidade, Ies, Curitiba.

I INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, a sociedade vem sendo mais sensível a questões de sustentabilidade. Sendo assim, todo tipo de organização tem estado mais sensível ao tema e as instituições de ensino fazem parte desse grupo.

Nesse tempo, o mundo passou por uma fase de mudanças profundas. A crise de petróleo nos anos 70, as mudanças climáticas e a crise financeira mundial de 2009 são apenas exemplos entre vários acontecimentos que tiveram impacto no mundo inteiro. Entre a população surgiu o senso comum que o mundo não pode continuar sem reagir a estas mudanças.

Foi considerado nesse estudo, o entendimento dos alunos diante do tema sustentabilidade, pois a reflexão por esse assunto faz com que sejam repensadas algumas atitudes e também a necessidade de se ter algo que esteja sempre no entendimento de todos, norteando ações individuais que possam ser compreendidas com engajamento pelas partes envolvidas no artigo pesquisado.

Diferenciar ações de sustentabilidade conceituais e comprometidas com seu real objetivo de promover a perpetuidade das relações dos homens em seu ambiente social e natural das ações políticas e ideológicas que visam enfatizar grupos específicos também faz parte de uma análise correta da sustentabilidade como algo que pertence a todos e para todos, numa visão sistêmica do ambiente e sua dinâmica de fenômenos sociais, tecnológicos e psicológicos e assim agregando uma percepção dos acadêmicos.

A academia, por ser um local tradicional, onde o conhecimento é produzido, testado e viabilizado, tem em sua essência o espírito questionador, que por sua vez empenha as ações motivadoras e a busca do sentido propriamente dito. Como parte das estratégias conceituais para a formulação e desenvolvimento de ações sustentáveis a visão dos alunos sobre o tema nas faculdades de Curitiba e região metropolitana, é o objeto principal deste artigo, é neste ecossistema que foi desenvolvida a pesquisa com a participação de todos os atores envolvidos e os resultados foram obtidos e avaliados. Nesse sentido o presente artigo teve como objetivo geral verificar se as percepções da comunidade acadêmica entendem a sustentabilidade como fator relevante para as organizações e seu cotidiano. E os objetivos específicos que deram suporte a esse artigo foram: levantar o nível de conhecimento dos alunos a respeito da sustentabilidade; analisar o interesse dos alunos sobre a aplicação da sustentabilidade no seu dia-dia; Verificar qual a relação dos alunos com um dos três pilares da sustentabilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Mesmo que o termo “sustentabilidade” seja uma palavra moderna e muito usada atualmente, as raízes dele são rastreáveis até o século 18. No seu livro “Silvicultura econômica” de 1713, Hans Carl von Carlowitz pergunta-se „(...)wie eine sothan Conservation und Anbau des Holtzes anzustellen daß es eine continuirliche beständige und nachhaltende Nutzung gebe¹“ (1713). Ele propôs cortar somente tantas árvores quanto poderiam voltar a crescer através do reflorestamento planejado, semeando e plantando novamente. A palavra alemã “*nachhaltend*“ foi traduzida para o inglês como “*sustainable*” e para o português como “sustentável”. Mesmo que esta palavra já tenha existido antes, Carlowitz foi o primeiro a relacionar esta palavra com um pensamento de responsabilidade para as gerações futuras (BOFF, 2002).

¹ “Como conseguir a conservação e o cultivo do bosque, para que tenha um aproveitamento contínuo e sustentável.” (Tradução minha)

Desde então, o conceito de “Sustentabilidade” tem sido usado mais frequentemente, especialmente na agricultura. No contexto das conferências da ONU aconteceu uma reformulação do termo sustentabilidade, que se tornou independente do conceito florestal. O termo anteriormente conhecido como princípio ecológico foi transformado em um modelo mais abrangente, que associou o meio ambiente com o desenvolvimento econômico. Desta maneira ocorreu uma evolução do termo que ainda não é concluída. Isto se revela particularmente nas discussões da política de desenvolvimento em que a sustentabilidade também abrange a luta contra a pobreza e a distribuição justa dos recursos (SPINDLER, 2012).

Para dar um sentido mais exato do termo sustentabilidade foram desenvolvidas várias definições. Estas serão apresentadas para poder entender o alcance e as dimensões do conceito.

“Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 1987, p. 19).

Esta é a definição mais utilizada do desenvolvimento sustentável, cunhada na chamada Comissão Brundtland de 1987 pela WECD². Ela descreve um desenvolvimento que pode ser permanentemente mantido, permitindo a satisfação de necessidades humanas hoje e amanhã. Desenvolvimento sustentável inclui também o postulado da responsabilidade global para as condições de vida das gerações atuais e futuras.

A definição mais atual, expresso na Cúpula Mundial de 2002 em Johannesburgo, inclui o objetivo de desenvolvimento atual (melhorar a qualidade de vida de todos os habitantes) e simultaneamente “distingue o fator que limita tal desenvolvimento e pode prejudicar as gerações futuras (o uso de recursos naturais além da capacidade da terra)” (MIKHAILOVA, 2004, p. 27).

Com base nestas definições foram elaborados vários conceitos de sustentabilidade. Entre estes conceitos o “tripé da sustentabilidade” é o que se estabeleceu na ciência.

Na sociedade ainda existe a percepção que o termo sustentabilidade simplesmente se refere à preservação do meio ambiente através do uso de recursos de forma mais responsável. No entanto, no Relatório Brundtland foram mencionados três dimensões diferentes da sustentabilidade que hoje em dia formam os três pilares da sustentabilidade.

O desenvolvimento econômico refere-se à geração de riqueza, à proteção ambiental diz respeito aos impactos no sistema natural e social e a inclusão social aborda os problemas relacionados com a má distribuição de rendimento, saúde e oportunidades (RUSCHEINSKY, 2003).

Segundo Mikhailova (2004),

Sustentabilidade se relaciona à quantidade do consumo que pode continuar indefinidamente sem degradar os estoques de capital total, que é representada pela soma de capital material (manufaturado, feito pelo homem), capital humano e capital natural.

² World Commission on Environment and Development - Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento

“O desenvolvimento sustentável depende do equilíbrio dinâmico entre os três pilares” (PEREIRA, 2009, p. 117)

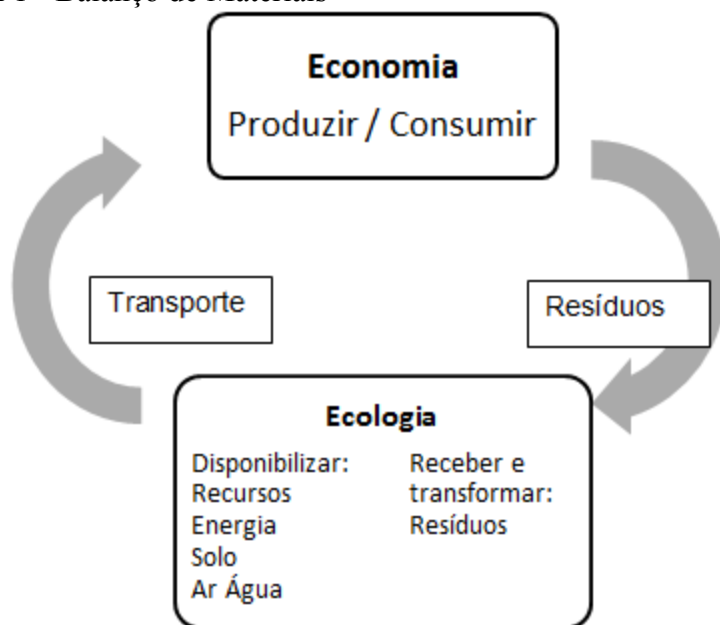
Todos estes autores referem-se às três colunas da sustentabilidade que podem ser denominadas da maneira seguinte:

1. A sustentabilidade ecológica
2. A sustentabilidade econômica
3. A sustentabilidade social

O pilar da Sustentabilidade Ecológica pode *ser* derivado diretamente da primeira definição de “sustentável”, por Hans Carl Von Carlowitz. O ponto de vista dele pode ser estendido, dizendo que certas condições devem ser atendidas para que o homem e a natureza possam coexistir no longo prazo sem problemas. Desde que os seres humanos, principalmente através de práticas agrícolas (produção) e estilos de vida (consumo) prejudiquem o meio ambiente, podemos fazer a seguinte pergunta: Que condições devem ser atendidas a fim de que a Economia e a ecologia mantenham o equilíbrio de longo prazo? (Majer, 2004)

A relação entre a economia e ecologia pode ser ilustrada simplificada em um chamado balanço de material - o assentamento e o cálculo dos fluxos de materiais.

FIGURA 1 - Balanço de Materiais



FONTE: Adaptado de Majer (2004)

Desta maneira pode ser demonstrado como o sistema da economia utiliza o sistema da ecologia: O sistema econômico necessita de bens e serviços, matérias-primas, energia e solo para a produção de produtos. Alguns recursos são esgotáveis, como por exemplo, ferro, manganês, cobre, etc. Outros podem ser inesgotáveis, tais como madeira, grãos, peixe, etc. Fontes de energia não renováveis são petróleo, gás natural e carvão. Como fontes de energia inesgotáveis nós conhecemos a energia eólica, solar, geotérmica, etc. Os processos da produção, do transporte e do consumo geram resíduos e poluentes de forma gasosa (CO₂, benzeno, ozônio troposférico, etc.), de forma sólida (sucata e lixo) e de forma líquida (águas residuais). Estes resíduos estão sendo passados para o ar, o solo e a água. O fato crucial neste processo é constatar se nosso ecossistema “reconhece” estes resíduos, ou seja, se estes têm algum aproveitamento natural na natureza. Por exemplo, o dióxido de carbono é reconhecido

pelo ecossistema, pois ele é usado pelas plantas no processo de fotossíntese e transformado em oxigênio. Outros resíduos como os fluoro carbonetos, no entanto, não são reconhecidos pelo ecossistema e assim eles são armazenados (no caso na estratosfera, onde destroem a camada de ozônio) (MAJER, 2004).

É importante que exista um equilíbrio entre estes dois sistemas. Para conseguir isto, é indispensável que:

1. Os recursos e as energias não renováveis sejam substituídos por renováveis (por exemplo, aço por madeira, carvão por energia solar).
2. Os resíduos não reconhecidos pelo ecossistema sejam ou substituídos por resíduos conhecidos por ele.
3. Dos recursos que têm a possibilidade de ser inesgotáveis (como por exemplo, madeira) somente seja explorada a quantidade que é capaz de crescer novamente.
4. Resíduos que são conhecidos pelo ecossistema somente sejam repassados na quantidade em que a natureza é capaz de absorvê-los (MAJER, 2004).

Segundo a ONU (1995), as medidas necessárias para a proteção ambiental principalmente dizem respeito à política do setor energético e são as seguintes:

1. Economizar energia;
2. Aumentar a eficiência energética;
3. Aumento do uso de fontes de energia renováveis;
4. Criar as condições básicas certas, como:
 - a. Planejamento integrado para a política do setor energético, ambiental e econômica;
 - b. A inclusão dos custos ambientais incorridos nas políticas de planejamento e de preços (internalização de externalidades negativas);
 - c. A criação de incentivos adequados para o setor privado promover a eficiência energética na produção e consumo.

Já a sustentabilidade em sentido lato, visa satisfazer todas as necessidades materiais dos membros da sociedade.

A economia sustentável baseia-se nos conhecimentos da economia ecológica, mas se desenvolve em alguns pontos chave. A economia sustentável focaliza seu interesse na questão de como certas necessidades e responsabilidades diante da sustentabilidade ecológica e social podem ser alcançadas, respeitando os limites da capacidade da terra.

Por outro lado, ela também podia ser denominada a base principal de um desenvolvimento sustentável, já que no Relatório Brundtland foi estabelecido que: *"Meeting essential needs depends in part on achieving full growth potential, and sustainable development clearly requires economic growth in places where such needs are not being met"*³ (WCED, 1987). Seguindo este raciocínio, um desenvolvimento sustentável somente pode ser alcançado com crescimento econômico.

Muitos economistas questionam a sustentabilidade econômica e dizem que ela é uma contradição em si. Segundo Foladori (2002), a sustentabilidade econômica representa uma abordagem mais completa do que a sustentabilidade ambiental. Isto é devido ao fato que o conceito em si limita um crescimento econômico. Por conseguinte, o crescimento não é capaz de ser ilimitado como exclamado pelo Capitalismo e a sustentabilidade econômica não pode harmonizar com a sustentabilidade ecológica. Daly (2004) concorda com isto, mas afirma que "O termo desenvolvimento sustentável, portanto, faz sentido para a economia, mas apenas se entendido como desenvolvimento sem crescimento".

³ Satisfazer as necessidades essenciais depende em parte de alcançar o potencial pleno de crescimento. Desenvolvimento sustentável exige claramente o crescimento econômico em locais onde tais necessidades não estão sendo atendidas. (Tradução minha)

Rogall (2009), no entanto, não entende a sustentabilidade econômica como uma teoria estática, mas como incentivo para um processo de discussões mais profundas a fim de estender o conhecimento sobre este tema. Adicionalmente, ele afirma que a substituição do paradigma atual de crescimento por um paradigma de sustentabilidade tornou-se necessário para um desenvolvimento sustentável.

Para conseguir isto, foram estabelecidas nove metas principais na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável⁴ em 1992 no Rio de Janeiro. Estas são:

1. Uma parceria entre a indústria e o governo, incluindo a introdução de instrumentos econômicos adequados e medidas regulatórias ou de aconselhamento e apoio às empresas geridas de forma sustentável.
2. Colaborações e parcerias de longo prazo entre empresas e instituições do setor privado dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento para implementar técnicas de produção limpas e promover a divulgação destes.
3. Programa de associações empresariais e da indústria para fortalecer a consciência e a responsabilidade ambiental.
4. Criação de conselhos nacionais para o desenvolvimento sustentável do setor privado.
5. Criação de fundos de capital de risco para projetos de desenvolvimento sustentável.
6. Implementar oportunidades de formação em aspectos ambientais de governança corporativa.
7. Promoção do desenvolvimento sustentável, em especial das pequenas e médias empresas, os doadores internacionais.
8. Promoção da capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento através de uma intensa pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologias ambientalmente limpas.
9. Promover o acesso a tecnologias ambientalmente saudáveis por condições favoráveis (ONU, 1995).

Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e manejo da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são os principais objetivos e os requisitos essenciais do desenvolvimento sustentável (ONU, 2002).

E o pilar da sustentabilidade social faz parte do tripé da sustentabilidade, porém é a que tem sido menos estudada. Segundo Müller (2002), a dimensão social é – em grande parte – entendida de maneira defensiva. A norma principal é “don’t damage”, ou seja, o esforço de não fazer nada que possa danificar o desenvolvimento rural ou pelo menos não tornar isto saliente. Adequadamente, no Relatório Brundtland, a sustentabilidade social é visto como derivado da sustentabilidade econômica e ecológica:

(...) environmental and economic problems are linked to many social and political factors. For example, the rapid population growth that has so profound an impact on the environment and on development in many regions⁵ (WCED, 1987).

⁴ Foi a primeira grande conferência internacional, que discutiu questões ambientais em um contexto global.

⁵ problemas ambientais e econômicos estão ligados a vários fatores sociais e políticos. Por exemplo, o crescimento rápido da população tem um impacto muito profundo sobre o meio ambiente e para sobre desenvolvimento em muitas regiões.

Estudos mais recentes se debruçam mais intensivamente nas “necessidades” mencionadas na definição do Relatório Brundtland e visam derivar disto um termo mais adequado de “sustentabilidade social”.

Para Sachs (2002), existem oito dimensões da sustentabilidade que são importantes, estas são;

- a- Social: o conceito de sustentabilidade social se baseia em um ideal de sociedade a qual tem por finalidade aumentar a qualidade de vida de maneira uniforme entre todos os membros da sociedade, além de reduzir a desigualdade social, através de uma gestão inteligente de recursos, emprego pleno e na prestação de serviços com qualidade.
- b- Cultural: a sustentabilidade cultural busca o equilíbrio entre as tradições e a inovação (nos campos tecnológicos, de gestão, etc.), abertura para o mundo, bem como a capacidade de autonomia para elaboração de projetos integrados.
- c- Ecológica: relaciona-se a preservação e ao uso consciente do potencial dos recursos naturais, tanto renováveis quanto o não renováveis, através de práticas de gestão de limitação do uso dos recursos limitados, e da renovação dos outros recursos.
- d- Ambiental: trata-se da capacidade de respeitar as mudanças ambientais que ocorrem naturalmente.
- e- Territorial: trata-se de uma gestão urbana e rural de maneira a realocar os investimentos governamentais, reduzindo a desigualdade estrutural e de qualidade de vida do meio rural com o urbano, redução das disparidades inter-regionais e estratégias de proteção ambiental para as áreas atingidas pelas explorações negligentes do meio-ambiente.
- f- Econômica: desenvolvimento econômico uniforme entre as diversas áreas do país, através de uma modernização dos meios produtivos, certa autonomia da pesquisa científica e tecnológica com o controle jurisdicional consciente.
- g- Política (nacional): democracia, ações governamentais voltadas ao respeito e a valorização dos direitos humanos, poder estatal para implantação de um plano de governo que busque atender de forma imparcial as necessidades de todas as regiões, sem privilégios para uma em detrimento de outra, em parceria com empreendedores e outros setores da sociedade.
- h- Política (internacional): gestão sustentável baseado nas determinações da Organização das Nações Unidas, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, na prevenção de guerras e conflitos armados, compartilhamento da responsabilidade de auxílio aos países menos desenvolvidos ou mais fragilizados no momento, controle institucional efetivo contra fraudes e abusos ao sistema financeiro internacional, controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter Commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade, baseados no princípio da igualdade e na cooperação entre os países.

A seguir serão tratados os aspectos metodológicos da pesquisa.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

As pesquisas utilizadas no presente artigo foram de levantamento

As pesquisas deste tipo caracterizam-se interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente

procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2009, p. 50).

Pesquisa descritiva também foi utilizada “uma concepção descritiva requer uma especificação clara de pesquisa em termos de quem, o que, quando, onde, porque e como” (MALHOTRA, 2006, p.102).

Para Gil (2009) complementa que o foco deste tipo de pesquisa é analisar as características de determinada população ou fenômeno. A forma mais expressiva para este tipo de pesquisa é na aplicação de procedimentos padronizados de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. O mesmo ainda cita que o objetivo da pesquisa descritiva é “descrever as características de população e de fenômenos”

A pesquisa bibliográfica nada mais é que usufruir de livros e artigos como referências para obter ideias e fundamentá-las, projetos entre outros estudos. Subentende-se a pesquisa bibliográfica usada de forma coerente para adquirir conhecimento e obter ideias dos autores. Sempre que usar esse auxílio deve-se citar os autores como referência para tal, caso o mesmo não seja feito, será entendido como obra do pesquisador, sendo assim, considerado plágio onde terá consequências por usar tal obra sem citar quem realmente a escreveu.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário desenvolvido no Google Docs, no qual possibilita criar um questionário com eficácia e rapidez, facilitando a distribuição e também o resultado do mesmo através de uma planilha Excel, onde mostra detalhadamente todo o resultado da pesquisa.

O questionário foi enviado para 500 pessoas das quais 245 responderam.

Para Malhotra (2006) é um conjunto de perguntas formais, no qual seu objetivo é adquirir informações dos entrevistados. Existem três objetivos de um questionário que são o primeiro é deixar as perguntas de forma específicas e de maneira que o entrevistado consiga responder as perguntas tranquilamente, em segundo é fazer com que essas perguntas motivem o entrevistado a responder todo o questionário e em terceiro deve ser delimitado, fazendo que os erros nas respostas sejam minimizados.

3 ANÁLISE DE DADOS

Foram respondentes os acadêmicos das universidades e faculdade FAE-SJP, FAE-CENTRO, UNINTER, FAMEC, Opet, PUCPR, UFPR, Facinter, Universidade Positivo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Universidade Tuiuti do Paraná, Uniandrade e Faculdades Dom Bosco, todas presentes em Curitiba e região metropolitana. Os dados foram recebidos em um único arquivo num servidor online e a tabulação foi realizada usando gráficos de barras em sua maioria, pela facilidade e clareza de leitura.

Os acadêmicos foram divididos nas 3 grandes áreas do conhecimento: Exatas / Tecnológicas, Biológicas / Saúde, Humanidades e Sociais Aplicadas. O perfil dos respondentes foi na sua maioria entre 18 e 25 anos, solteiros, sem filhos e que já trabalham.

O primeiro paradigma detectado através da coleta dos dados foi a consciência da comunidade acadêmica de que o tema é importante, porém não se sabe, ao certo como reconhecer que está sendo sustentável ou está sendo alvo de ações de sustentabilidade. Isso pode sugerir uma alta repercussão do tema sustentabilidade, contudo, sem ações específicas e educativas propostas em paralelo, a dificuldade tende a ser cada vez maior, desestimulando iniciativas próprias e autônomas de sustentabilidade, o que pode ser um mau sinal, se tratando que os profissionais estão sendo formados agora.

Sendo assim, para aprofundamento maior sobre as percepções dos acadêmicos acerca da sustentabilidade, foram trabalhadas questões com o intuito de aferir o quanto o conceito está assimilado pela comunidade, e quais são as suas ideias recorrentes sobre o assunto abordado.

Foram ouvidos de acadêmicos de diversos cursos. Para efeitos de análise, os cursos foram divididos em 3 grandes áreas: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Exatas, com destaque para os estudantes de Administração e Direito, cursos onde existem mais ofertas de vagas.

Quando perguntados se a sustentabilidade deveria ser trabalhada nas disciplinas dos cursos de graduação, onde as formações de ideias surgem, podendo assim, ajudar no desenvolvimento e entendimento do seu conceito? A maioria dos respondentes concordou com a afirmação. Embora se saiba que haja deficiência nas matrizes curriculares das universidades dos três pilares da sustentabilidade.

O alinhamento entre os pilares da sustentabilidade deve estar sendo observado pelas universidades e outras instituições, afim de que a comunidade acadêmica possa absorver e assimilar os conceitos dentro da sua plenitude e não apenas sob um foco específico de apenas um pilar.

Também se visualizou que existe uma demanda e também uma oportunidade na disseminação dos conteúdos de sustentabilidade no meio acadêmico, seja criando disciplinas sobre o assunto ou inserindo seus conceitos nas disciplinas já existentes. Por se tratar de grade curricular e isso envolve um estudo pedagógico mais aprofundado, envolvendo conhecimentos multidisciplinares, entende-se que a tendência é que os cursos sejam contemplados com iniciativas desse nível, visto que, por não se tratar um tema essencialmente técnico e sim comportamental, é de interesse de todos os campos de pesquisa e ciência.

De todos os pilares da sustentabilidade, o que é referente à ecologia, é sem dúvida, o mais popular e de maior aderência ao público. Curitiba e região foram durante muito tempo, praças aonde foram muito trabalhadas campanhas educativas de meio ambiente. Há 15 anos, a cidade era conhecida como capital ecológica do país, o que também sugere que o tema seja de fácil entendimento e adesão por parte do público pesquisado. Segundo Sachs, nas oito dimensões da sustentabilidade, a ecológica “relaciona-se a preservação e ao uso consciente do potencial dos recursos naturais, tanto renováveis quanto os não renováveis, através de práticas de gestão de limitação do uso dos recursos limitados, e da renovação dos outros recursos”.

O pilar da sustentabilidade econômica gerou uma discordância de resultados um pouco maior, isso se deve em partes pela amplitude da discussão que pode ser desenhada a partir dessa temática.

Quando perguntados sobre se a sustentabilidade econômica são formas de como gerar menos gastos e obter rápidos resultados. Com isso, faz que a organizações providenciem maneiras de tornar favorável a implantação da economia a sustentável? A maioria concordou com a afirmação,

O pilar social, dentre todos os pilares da sustentabilidade, é o mais humanista. Busca-se a plenitude da qualidade de vida do ser humano. Os pesquisados tiveram que responder uma questão bastante peculiar, no qual se relaciona as empresas com o ser humano, se as organizações estão pensando, além do lucro, a qualidade de vida de seus colaboradores. Obteve-se um resultado de 166 das 245 respostas dizem que concordam, e outras 79 disseram que concordam em partes, ou seja, ainda há uma necessidade grande das empresas pensarem em expressar como uma empresa que pensa no bem estar de seus colaboradores, respeitando primeiro o ser humano, dando qualidade no trabalho, segurança entre outras necessidades básicas.

Quando se entra no âmbito de sustentabilidade social, percebe-se que às vezes algumas empresas pensam estão mudando sua forma de pensar e adaptando o modelo sustentável, buscando o lucro, mas também a qualidade de vida de seus funcionários e pessoas que ali residem: 166 concordam e 79 concordam em partes.

Quando se abordou sobre as diferenças de ações da sustentabilidade, houve um resultado bastante interessante, 168 responderam que não concordam, ou seja, que não estão claras essas ações sustentáveis para os acadêmicos. Vale ressaltar de que houve um número baixo de seis respostas que concordam que a está claro essa diferença. Então, pode-se concluir que a ação sustentável precisa ser mais esclarecida e praticada, sendo com exemplos ou até mesmo em projetos com apoio do governo, fazendo com que as instituições incluam em seu curso uma disciplina de sustentabilidade.

Os acadêmicos foram questionados sobre a prática da sustentabilidade e sua replicabilidade dentro de seus três principais pilares, Ambiental, Social e Econômico.

As boas práticas de sustentabilidade são ações e realizações que trazem resultados positivos para o praticante e seu entorno, nos aspectos: ambiental, social e econômico. Uma boa prática quando replicada pode “proporcionar resultados semelhantes aos seus adotantes, pois isto a importância do seu compartilhamento e replicabilidade, essa foi a resposta para 174 dos respondentes, 49 responderam que “dar resultado apenas no social, pois se trata diretamente de pessoas, 22 pessoas disseram que “lucrar mais, pois praticas a sustentabilidade econômica é buscar somente o lucro”“.

Com o propósito direcionado na questão econômica, as empresas que praticam os padrões de produção e consumo, onde produzem o que se é demandando, minimizando os impactos econômicos. 193 dos acadêmicos responderam que se deve fazer uma boa gerencia e distribuição dos recursos. 36 acadêmicos alegam que é obter lucro através do trabalho pensando na saúde do colaborador, 14 responderam trazer lucro para a empresa, independente dos outros dois pilares da sustentabilidade e dois responderam usufruir apenas dos recursos naturais, pensando no lucro.

CONCLUSÃO

Neste artigo foi abordado a temática da sustentabilidade e sua interação no ambiente acadêmico. Para fins de estudo e análises, foi selecionada a cidade de Curitiba e região metropolitana que ocupam destaque nacional por seu planejamento urbano, qualidade de vida e bons indicadores de educação.

Compreender como a sustentabilidade e seus conceitos adjacentes são percebidos pela comunidade acadêmica, principalmente pelo corpo discente das instituições, foi a problematização inicial proposta. É sabido que a sustentabilidade ainda é um tema controverso, que inspira muitas interpretações e entendimentos, hora confundindo-se com ideologias políticas e filosóficas e outrora com baixa assimilação das temáticas, visto que os seus conceitos e pilares são complexos cabendo muitas interpretações.

Através da metodologia de pesquisa aplicada, percebeu-se que as práticas de sustentabilidade são reconhecidas e valorizadas, contudo quando pediu-se que os acadêmicos descrevessem de maneira espontânea as suas opiniões com relação ao tema, foi percebido que ainda está muito arrigado o conceito de sustentabilidade apenas do ponto de vista do seu pilar ambiental.

A alusão a um modelo de reciclagem de materiais, economia de recursos naturais e minimização de impactos ambientais foram apontamentos recorrentes, e citações e comentários sobre as dimensões dos outros pilares, como a questão social e diretriz econômica, careceram de opiniões mais contextualizadas e profundas, o que denota que ainda

o entendimento não está completamente assimilado. O aprofundamento em questões que envolvem a ecologia pode ser caracterizada pelos constantes apelos midiáticos que se tornaram frequentes nas últimas décadas devido a notória degradação do meio ambiente que ocorre de maneira sistemática e inescrupulosa ao redor do globo, e que a motivação para tal muitas vezes está calcada numa insustentabilidade econômica que pela busca incessante pelo lucro, e pela alta competitividade global, aonde são gerados passivos ambientais altamente impactantes e degradantes, consequências estas que reforçam a ideia da exclusão social e da economia insustentável e extrativista.

Acadêmicos de diversos cursos foram ouvidos, e o resultado contemplou as 3 grandes áreas do conhecimento: Exatas / Tecnológicas, Biológicas / Saúde, Humanidades e Sociais Aplicadas. Os conceitos de sustentabilidade são próximos independentemente do curso. Nas ciências sociais aplicadas houve uma tímida tendência de uma visão de sustentabilidade econômica um pouco mais ampla, devido a sua intimidade com o mundo dos negócios, ambiente ao qual a sustentabilidade causa impacto notável e encarado como vantagem competitiva.

Outro fato relevante a ser caracterizado é a alta adesão por parte dos alunos com relação à conscientização sobre como o tema poderia ser melhorado no ambiente acadêmico. Percebeu-se que ainda existe uma diversidade de interpretações e que as mesmas poderiam ser melhoradas se houvesse uma disciplina exclusiva e projetos pedagógicos consistentes que trata-se do assunto nas grades curriculares dos cursos. Por ser um assunto multidisciplinar, essa matéria poderia constar em diversos cursos e a oportunidade de popularização do tema seria inevitável, visto que pilares da sustentabilidade como economia e sociedade poderiam ser trabalhados com mais profundidade e oportunizando a criação recorrente de iniciativas e ações mais alinhadas com o conceito natural da sustentabilidade, de maneira ampla, multidisciplinar e democrática.

Assim sendo, concluiu-se que o tema é oportuno e essencial e que ainda pode ser trabalhado com bastante inovação no ambiente acadêmico. Criar disciplinas específicas que trabalhem o tema em sua totalidade é uma maneira de popularizar a sustentabilidade e torná-la mais acessível aos acadêmicos, que por sua vez são a força motriz da economia do país nas próximas décadas. A inovação na área é caracterizada pela criação de novas ações que contemplem os 3 pilares de maneira sistemática e subsequente, promovendo a complementaridade e por consequência maior aderência do tema nas universidades.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. (2002). <http://www.coepbrasil.org.br/>. Acesso em 28 de 03 de 2014

disponível

em

<http://www.coepbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?ID=eb6c910e-145e-4f94-9fca-583e948f946b>

FOLADORI, G. (12 de 2002). Avances y límites de la sustentabilidad social. Economía, Sociedad y Territorio.

GIL, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. Sao Paulo: Atlas.

MAJER, H. (12 de 2004). unw-uhl. Acesso em 30 de 03 de 2014, disponível em Ulmer
Initiativkreis nachhaltige Wirtschaftsentwicklung e.V.: <http://www.unw-uhl.de/downloads/gast/467/MajerNachhaltigkeit.pdf>

MALHOTRA, K. N. (2006). Pesquisa de Marketing. Porto Alegre: Bookman.

MIKHAILOVA, I. (2004). SUSTENTABILIDADE: EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS. Revista Economia e Desenvolvimento, p. 27.

ONU. (1995). Desenvolvimento, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Agenda 21. Brasília.

ONU. (2002). Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Johannesburgo.

ONU. (2002). The Johannesburg Declaration on Sustainable Development. Johannesburgo: United Nations World Summit on Sustainable Development.

ONU e o meio ambiente. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

ROGALL, H. (2009). Nachhaltige Ökonomie. Marburg: Metropolis.

RUSCHEINSKY, A. (8 de 2003). AE – Entrevista. Ambiente e Educação.

RUSCHEINSKY, A. (1-6 de 2013). www.seer.furg.br. Acesso em 30 de 03 de 2014 disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.furg.br%2Fambeduc%2Farticle%2FviewFile%2F894%2F353&ei=Uio4U8i3F4Wa0gG47YFY&usg=AFQjCNGeLE46cWftwZpUwr6ShoHbtVnLQ&bvm=bv.63808443,d.dmQ>

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, (2002. p.85-89)

SPINDLER, E. A. (2012). [nachhaltigkeit.info](http://www.nachhaltigkeit.info). Acesso em 28 de 03 de 2014, disponível em <http://www.nachhaltigkeit.info/media/1326279587phpeJPYvC.pdf>

WCED. (1987). Our Common Future. (p. 37). ONU.